



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

VITÓRIA GONÇALVES

A FUNÇÃO HUMANIZADORA DA LITERATURA: DIÁRIO, MEMÓRIA E
IDENTIDADE EM *AZUL E DURA*

MARIANA
2025

Vitória Gonçalves

A FUNÇÃO HUMANIZADORA DA LITERATURA: diário, memória e identidade em
Azul e Dura

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto para obtenção do título de Licencianda em Letras - Português.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Fernanda Rodrigues Gama.

MARIANA
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G635f Gonçalves, Vitória.

A função humanizadora da literatura [manuscrito]: diário, memória e identidade em Azul e Dura. / Vitória Gonçalves. - 2025.
29 f.

Orientadora: Profa. Dra. Mônica Fernanda Rodrigues Gama.
Produção Científica (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Letras Portugêses .

1. literatura. 2. diário. 3. identidade. 4. autobiografia. 5. memória. I. Gama, Mônica Fernanda Rodrigues. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 82-1/-9

Bibliotecário(a) Responsável: ELIANE APOLINARIO VIEIRA AVELAR - CRB6/3044



FOLHA DE APROVAÇÃO

Vitória Gonçalves

A função humanizadora da literatura: diário, memória e identidade em *Azul e Dura*

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Letras - Português da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Letras - Português

Aprovada em 05 de março de 2025

Membros da banca

Dra. Mônica Fernanda Rodrigues Gama - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)

Me. Dayane de Oliveira Gonçalves – (Universidade Federal de Minas Gerais)

Dra. Laís Maria de Oliveira – (Instituto Federal de Minas Gerais)

Mônica Fernanda Rodrigues Gama, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 27/05/2025



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fernanda Rodrigues Gama, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/05/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0919136** e o código CRC **8EDA55AD**.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma investigação sobre a relação entre Literatura, Memória e Identidade, a partir da prática diarística e com foco na obra *Azul e dura* (2002), de Beatriz Bracher. Os fundamentos teóricos encontram-se, sobretudo, em Antônio Candido (2004), Lejeune (2008) e Artières (1998), cujos pressupostos perpassam a função humanizadora da literatura, a autobiografia e o diário, bem como a prática de arquivamento da vida. A pesquisa aborda o diário como um espaço de arquivamento pessoal, fundamental para o processo de construção e reconstrução da identidade. A partir da trajetória de Mariana, protagonista do romance, que revisita suas anotações e memórias após um acidente que desencadeia uma crise identitária, o presente trabalho realiza uma análise de como o diário atua como uma ferramenta de auto análise e (re)construção subjetiva. Ao refletir sobre a relação entre escrita, memória e identidade, o estudo busca, ainda, compreender a literatura e o diário como meios transformadores para o ser humano. Metodologicamente, esta pesquisa exploratória e explicativa foi constituída por meio da pesquisa bibliográfica. Os resultados indicam que a prática diarística contribui para o desenvolvimento pessoal e emocional, e para o entendimento da literatura como parte de um processo ativo e transformador na vida dos sujeitos.

Palavras-Chave: literatura; autobiografia; diário; identidade; memória.

ABSTRACT

This study aims to investigate the relationship between Literature, Memory, and Identity through the practice of diary writing, with a particular focus on *Azul e dura* (2002) by Beatriz Bracher. The theoretical framework is primarily based on the works of Antônio Candido (2004), Lejeune (2008), and Artières (1998), whose perspectives encompass the humanizing function of literature, autobiography, diary writing, and the archival practice of life narratives. The research explores the diary as a space for personal archiving, essential to the process of identity construction and reconstruction. Through the journey of Mariana, the novel's protagonist, who revisits her notes and memories following an accident that triggers an identity crisis, this study analyzes how the diary functions as a tool for self-analysis and subjective (re)construction. By reflecting on the interrelation between writing, memory, and identity, the research also seeks to understand literature and diary writing as transformative instruments for the human experience. Methodologically, this exploratory and explanatory study was conducted through bibliographic research. The findings indicate that diary writing contributes to personal and emotional development and reinforces the understanding of literature as an active and transformative process in individuals' lives.

Keywords: literature; autobiography; diary; identity; memory.

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	5
1.2 Justificativa	6
1.3 Objetivos	7
1.3.1 Objetivo geral	7
1.3.2 Objetivos específicos	7
1.4 Metodologia	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Azul e dura	16
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Conflitos identitários fazem parte da experiência humana, considerando que somos sujeitos que, paralelamente às mudanças dos cenários à nossa volta, estão em constante transformação. Diante, sobretudo, de um mundo cada vez mais globalizado e movido pela revolução tecnológica, estamos vivenciando profundas mudanças internas. Surgem, dessa forma, novos modos de organização social decorrentes da eclosão de outros estilos de vida e novos espaços. Tais crises e mudanças identitárias podem, inevitavelmente, se não advir de, ocasionar um distanciamento daquilo que é — ou deveria ser — natural e essencial aos homens: a atitude positiva em relação ao outro, o hábito de refletir, o aprimoramento do sentir, a busca pelo conhecimento, entre outras coisas.

É fato que a Literatura exerce diferentes funções, é catártica, informativa, estética, colabora com o desenvolvimento do conhecimento da linguagem e do pensamento crítico. Como afirma Antonio Candido (2004), a literatura faz sentir e, por isso, faz viver, tendo um efeito prático que altera a percepção de mundo do sujeito, proporcionando sua mudança de conduta.

Dentre as práticas literárias, há uma que coloca em foco a comunicação do indivíduo com ele mesmo, o diário, e, portanto, nos ajuda a pensar na relação entre Literatura e identidade. Em um espaço no qual, por meio da revisitação do passado, o sujeito consegue olhar para si e se reconhecer, passa a ser viável a construção de um novo eu, consciente, melhor e humanizado. Sendo o Diário e, conseqüentemente, a Literatura, objetos que falam diretamente com o sujeito, proporcionando uma reflexão de si, do mundo e do outro, faz-se necessária a busca pelo modo como isso ocorre e de que forma a Literatura pode estabelecer sua função humanizadora mediante as mudanças as quais os indivíduos estão expostos.

No livro, *Azul e dura* (2002), da autora Beatriz Bracher, a personagem Mariana se vê em meio a uma crise pessoal e, por meio da leitura de anotações antigas — repensando o passado e a própria vida —, tenta lidar com angústias e dores íntimas ao mesmo tempo em que descobre seu papel e sua identidade diante a tudo que viveu. Perante a um acidente no qual provoca a morte de uma inocente e é livrada por um sistema judiciário que encoberta a elite econômica da qual a personagem faz parte, Mariana se vê em meio a uma espécie de crise de consciência. Com isso, resgata para si tudo o que já foi e todos os planos que já teve, há muito perdidos, para se encarar, agora, sendo o que fizeram dela. Três anos depois do acidente, Mariana se encontra isolada na Suíça, relendo suas anotações antigas, lembrando o passado e revisitando o que foi o estopim de sua percepção de crise identitária: “o acidente e o

processo que veio depois.” (Bracher, 2010, p. 19). É nesse momento que a personagem busca, nas coisas que escreveu sobre ela mesma, a compreensão do motivo e do momento em que se perdeu, além de quem foi e de quem realmente é: “[p]reciso entender quem eu era quando entrei no processo, para descobrir por que fui tão incapaz e me machuquei a ponto de não me reconhecer mais nesse corpo que vejo gordo, flácido.” (Bracher, 2010, p. 19).

Nossa vida é, inevitavelmente, composta de vestígios escritos, sejam eles passagens, bilhetes, anotações ou recibos, vestígios dos quais nos desfazemos, em partes, ao longo do tempo, enquanto decidimos o que vale a pena conservar. Mantendo-os ou não, somos levados a organizar tais vestígios e, dessa forma, como foi dito por Philippe Artières (1998), “[p]assamos assim o tempo a arquivar nossas vidas: arrumamos, desarrumamos, reclassificamos. Por meio dessas práticas minúsculas, construímos uma imagem, para nós mesmos e às vezes para os outros.” (Artières, 1998, p. 9-10). É, portanto, a partir dos próprios registros — criados e mantidos ao longo dos anos —, que Mariana irá refletir a respeito de seus sentimentos e vivências, tentando se reorganizar de modo a resgatar sua identidade.

1.2 Justificativa

Os estudos da autobiografia em geral, assim como os estudos sobre o gênero diário, são relativamente recentes e só ganharam certa relevância e mais visibilidade nas últimas décadas. Considerando, também, o contexto social atual de rápidas transformações culturais e tecnológicas, que têm gerado impactos profundos na forma como os indivíduos se percebem, a presente pesquisa buscou, também, compreender os processos de construção e reorganização subjetiva dos sujeitos.

A prática de registrar o cotidiano, arquivar memórias e revisitar o passado permite ao indivíduo não apenas organizar suas experiências, mas também resistir às pressões externas, como as mudanças sociais que afetam diariamente a vida contemporânea. O diário, ao permitir uma reinterpretação contínua do passado e uma revisão das experiências de vida, torna-se um refúgio e um espaço no qual o sujeito pode reorganizar sua percepção de si e do mundo. Quando associado à tarefa de refletir, “[...] o diário oferece um espaço e um tempo subtraídos às pressões da vida.” (Lejeune, 2008, p. 276), ou seja, ele concede a tranquilidade necessária para que se processe aquilo que é vivido e observado; a tranquilidade para um momento de reflexão, o que pode, talvez, se tratar também de uma busca por respostas e/ou

uma tomada de decisão, que é, justamente, o que Philippe Lejeune (2008) afirma que acontece nos casos em que um diário é conservado durante períodos de crise.

Em *Azul e dura* (2002), a protagonista Mariana recorre à seus registros para lidar com uma crise identitária desencadeada por um evento traumático, utilizando o diário como uma ferramenta de autocompreensão e reconstrução subjetiva. Desse modo, buscamos explorar, também, as formas pelas quais a Literatura exerce sua função humanizadora, permitindo ao sujeito a reconstrução da própria identidade a partir da prática diarística. Buscamos compreender os elementos constitutivos e as possíveis implicações emergentes do processo de reorganização subjetiva e de humanização, analisando como a reflexão sobre as experiências subjetivas, refletidas na narrativa pessoal dos diários, contribui para o desenvolvimento pessoal.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Compreender de que forma a Literatura exerce sua função humanizadora na medida em que contribui para a (re)construção da identidade do sujeito no processo de registro e revisitação de memórias da escrita diarística a partir do romance *Azul e dura*.

1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar os modos pelos quais a prática diarística contribui para o processo de formação da autoimagem e construção da identidade do sujeito, assim como os elementos constitutivos e emergentes desse processo;
- Compreender como a função humanizadora da Literatura se estabelece a partir da prática diarística;
- Reconhecer como ambos se relacionam e se explicitam na narrativa do romance *Azul e dura*, de Beatriz Bracher.

1.4 Metodologia

A fim de alcançar o objetivo geral de compreender de que forma a Literatura exerce sua função humanizadora na medida em que contribui para a (re)construção da identidade do

sujeito no processo de registro e revisitação de memórias da escrita diarística a partir do romance *Azul e dura*, realizamos uma pesquisa de finalidade explicativa e exploratória, com abordagem de caráter qualitativo, cujo meio se ateu à pesquisa bibliográfica.

A pesquisa explicativa nos permitiu aprofundar o conhecimento acerca da temática e é usada quando se pretende “[...] identificar os fatores que determinam a ocorrência de determinados fenômenos, buscando esclarecê-los, justificar os fatores que neles interferem e explicar suas ocorrências.” (Brasileiro, 2016, p. 45). A pesquisa exploratória, por sua vez, é realizada quando se visa “[...] tornar determinado fenômeno mais familiar e ajudar o pesquisador a construir hipóteses.” (Brasileiro, 2016, p. 44). Adotamos a abordagem qualitativa pelo fato de ela se ocupar “[...] da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados no decorrer da pesquisa, não se detendo a técnicas estatísticas. Ela é descritiva e coleta os dados em fonte direta.” (Brasileiro, 2016, p. 49). A pesquisa bibliográfica, aprofundada gradativamente ao longo do estudo teve como finalidade “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.” (Marconi; Lakatos, 2017, n.p.). Mas, ainda que o pesquisador tenha contado com tudo o que já foi dito sobre o assunto, o pesquisador deve se atentar para que sua pesquisa não seja “[...] mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, visto que propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (Marconi; Lakatos, 2017, n.p.).

No caso da proposta desta pesquisa, foi necessário, inicialmente, fazer um levantamento bibliográfico, buscando identificar fundamentos conceituais acerca da função humanizadora da Literatura, bem como do gênero Diário e suas funções no que confere a identidade do sujeito, para que nos aproximássemos do tema. Abordamos as concepções de Literatura, Autobiografia, Humanização e Diário, assim como as inter-relações entre elas e, para isso, lançamos mão dos estudos de Candido (2004), Lejeune (2008) e Artières (1998). A partir desse reconhecimento bibliográfico, foi realizada a leitura, fichamento e discussão da bibliografia abordada. Em seguida, realizamos a leitura e análise do romance *Azul e dura*, da autora brasileira Beatriz Bracher, a partir da teoria da autobiografia, de maneira a identificar e correlacionar os tópicos mencionados anteriormente, a fim de alcançar o objetivo geral desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Muitas são as funções da Literatura, desde o entretenimento até a emancipação social do homem pelo questionamento e desenvolvimento da reflexão crítica, fato é que seus impactos na formação da subjetividade humana são grandes. Tomamos como definição de Literatura, aqui, aquela que é mencionada por Antônio Candido em *O direito à literatura*. Para ele, a Literatura consistiria de,

[...] da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (Candido, 2004, p. 174).

Segundo o autor, a Literatura surge em diversos momentos da história, em inúmeras formas, como modos de expressão do homem. Desse modo, torna-se algo sem o qual é impossível viver, visto que permite ao sujeito o ato de fabular, de entregar-se aos sonhos, o que é natural a nós, seres humanos, porque faz parte de nossas vivências diárias, seja quando sonhamos acordados ou quando imaginamos cenários hipotéticos, por exemplo. A partir disso, e no que tange a sua função humanizadora, sendo, a Literatura, essencial e indissociável da vida humana, ela é, também, um “[...] fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente.” (Candido, 2004, p. 175).

Tendo em vista elementos que, assim como a Literatura, estão presentes em todos os âmbitos da vida humana, torna-se possível falar, também, dos gêneros do discurso e, mais especificamente, da autobiografia e do diário pessoal. Tendo sido iniciada na Grécia, com Platão e Aristóteles, a discussão acerca dos gêneros chega até Bakhtin, que os define como “tipos relativamente estáveis de enunciados.” (Bakhtin, 1997, p. 279). Podemos defini-los também como “[...] entidades que funcionam em nossa vida cotidiana ou pública, para nos comunicar e para interagir com outras pessoas.” (Rojo; Barbosa, 2022, p. 16). Isto é, os gêneros discursivos podem ser vistos como qualquer manifestação concreta da linguagem situada em um contexto específico de comunicação, e são relativamente estáveis porque possuem características que se repetem e se mantêm ao longo do tempo, podendo, também, se modificar, a depender do espaço e da necessidade do falante. Para todas as atividades que necessitamos realizar no dia a dia, para as quais fazemos uso da linguagem, lançamos mão dos gêneros discursivos. Nos estudos de Philippe Lejeune (2008), o autor se ocupa da pesquisa relativa aos gêneros chamados por ele de autobiográficos. A autobiografia seria uma “[...] narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência,

quando focaliza sua história individual, em particular, a história de sua personalidade.” (Lejeune, 2008, p. 14).

Estando os gêneros do discurso diretamente ligados a essa perspectiva social, é necessário nos atentarmos à autobiografia de forma a considerar, também, esse aspecto. Luiz Costa Lima (1986), ao tratar da moderna concepção de individualidade (necessária para se pensar uma escrita que fale do eu), evidencia que o indivíduo, em até certo ponto da história, não era colocado como centro do pensamento e só era relevante na medida em que fazia parte de um todo. Contudo, mesmo após o reconhecimento do valor individual, a autobiografia manteve uma ligação com essa dimensão social, já que ela “[...] supõe um duplo e simultâneo foco: como o eu reage ao mundo e como o mundo experimenta o eu.” (Lima, 1986, p. 255). Esse aspecto social é relevante porque aquilo que contamos e escrevemos sobre nós é “[...] uma história que se alimenta de histórias e de inumeráveis relatos herdados, lidos, ouvidos, porque deles nos alimentamos tanto quanto de comida e porque são precisos muitos relatos para construir o nosso.” (Andruetto, 2017, p. 151).

Astrid Erll e Ansgar Nünning, à luz dos estudos de Paul John Eakin¹ (1999), sugerem que:

[...] nos lembramos e nos tornamos quem acreditamos ser por meio de estórias do eu que aprendemos a contar, às quais são baseadas tanto em modelos ficcionais e socialmente constituídos do eu e da identidade fornecidos pelas respectivas culturas em que vivemos, quanto em fatos. [...] a noção de identidade contínua revela-se, portanto [...] uma (re)construção imaginativa, resultante de uma interação social sutil entre passado e presente, assim como entre literatura e memória. (Erll; Nünning, 2024, p. 193).

Assim, a memória não seria apenas um fenômeno individual, mas, também, algo que é socialmente e culturalmente construído, inclusive a partir de narrativas e gêneros envolvidos nesse processo, já que as memórias que as pessoas constroem sobre si mesmas são moldadas pelas normas sociais que aprendem. A partir, também, dessas influências do meio social na vida do indivíduo é que as memórias ficam sempre sujeitas a alterações, sendo reconstituídas e moldadas por vários fatores, como as novas informações e percepções adquiridas. Dessa forma:

[...] embora a autobiografia seja um gênero paradigmático para a formação da experiência, ela não produz, de modo algum, uma imagem exata de uma vida passada. Ao contrário, ela representa uma construção retrospectiva textualizada. (Erll; Nünning, 2024, p. 201).

¹ EAKIN, P. J. **How our lives become stories: making selves.** Ithaca, Nova York; London: Cornell UP, 1999.

Nesse sentido, talvez seja possível dizer que no contexto em que a memória não é uma representação exata de vivências passadas, o ato de lembrar e contar uma história sobre si mesmo, e ainda, o de reler, tempos depois, aquilo que foi registrado, permite ao indivíduo a recriação de tais memórias, de forma que o passado não seja simplesmente revivido, mas seja elaborado conforme é contado. Como foi escrito por María Teresa Andruetto (2017):

[...] cada um de nós constrói (para si e para os outros), ao longo da vida, um relato que constitui nossa identidade, uma narração que nos torna únicos. Precisamos dessa narração para manter a unidade de nosso eu, para amalgamá-lo e sustentá-lo no tempo. Sem obtermos isso, sem conseguirmos construí-la, sem podermos decidir qual é o nosso relato, não poderemos tampouco possuir a nós mesmos. É essa história que aprendemos ao mesmo tempo em que a contamos. (Andruetto, 2017, p. 151).

Márcio Seligmann-Silva (2003), em *O testemunho: entre a ficção e o real*, elucida o fato de literatura não ser sinônimo de ficção e de ficção tampouco ser o mesmo que mentira. Em seu texto, o autor discute a literatura de testemunho e argumenta que tal gênero se situa em uma zona limítrofe entre o real e a ficção, uma vez que, embora tenha um compromisso com a verdade, também passa pelo filtro subjetivo da memória e da linguagem. Praticamente o mesmo é dito por Wolfgang Iser em um dos capítulos do livro *Teoria da literatura em suas fontes*, ao mencionar esse “jogo” entre realidade e ficção, do qual é possível dizer que surge uma terceira instância, o imaginário. De acordo com o autor:

A relação opositiva entre ficção e realidade retiraria da discussão sobre o fictício no texto uma dimensão importante, pois, evidentemente, há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como realidade social, mas que também pode ser da ordem sentimental e emocional. Estas realidades por certo diversas não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais. Por outro lado, também é verdade que estas realidades, ao surgirem no texto ficcional, neles não se repetem por efeito de si mesmas. Se o texto ficcional se refere à realidade sem se esgotar nesta referência, então a repetição é um ato de fingir, pelo qual aparecem finalidades que não pertencem à realidade repetida. Se o fingir não pode ser deduzido da realidade repetida, ele então surge um imaginário que se relaciona com a realidade retomada pelo texto. Assim o ato de fingir ganha a sua marca própria, que é de provocar a repetição no texto da realidade vivencial, por esta repetição atribuindo uma configuração ao imaginário, pela qual a realidade repetida se transforma em signo e o imaginário em efeito do que é assim referido. (Iser, 2002, p. 958).

Nesse sentido, é possível compreender que o texto “finge” uma realidade de modo a criar algo novo que — não sendo apenas uma cópia, mas produto de um processo criativo —, incorporando elementos da “realidade”, atribui novos significados a essa realidade. Seligmann

(2003) sugere que algumas coisas escapam ao conceito e resistem à representação. Na leitura de um testemunho de alguém que passou por traumas e violências não experienciados pelo leitor e com os quais ele não pode se identificar, por exemplo, tal leitura se coloca, relativamente, no campo da imaginação.

Não sendo o ato de fingir o mesmo que imaginar, para que o imaginário se torne algo concreto dentro da ficção, é preciso que ele seja moldado por objetivos que o configurem de maneira mais definida, diferenciando-o de coisas não estruturadas como os devaneios e fantasias. É, justamente, o processo de fingir que o determina por meio de uma “transgressão de limites” que, nesse processo de determinação, faz com que o imaginário ganhe uma espécie de aparência de realidade, podendo agir no mundo ficcional como real. Iser vai dizer, ainda, que, sendo “[...] o ato de fingir, como a irrealização do real e a realização do imaginário” (Iser, 2002, p. 959), a interação entre quem lê e aquilo que é lido se realiza por meio de um “*como se*” que mimetiza o mundo representado criando uma segunda realidade que suscita percepções emocionais no indivíduo que com ele interage. Dessa forma,

[s]e o fictício nos possibilita nos irrealizarmos para garantir à irrealidade do mundo do texto a possibilidade de sua manifestação, então, pelo menos estruturalmente, nossa relação com o mundo do texto terá o caráter de acontecimento. [...] Através deste caráter de acontecimento, o imaginário se converte em experiência, possibilitada pelo grau de determinação que o imaginário alcança por meio da ficção do *como se*. (Iser, 2002, p. 979).

Assim como Seligmann (2003) evidencia a necessidade de que o autor que tenta representar o “real” assuma um compromisso ético ao fazê-lo, Iser, ao discutir esse processo, deixa claro, antes de tudo, que aquilo que sinaliza a ficção no texto é algo

reconhecido através de convenções determinadas, historicamente variadas, de que o autor e o público compartilham e que se manifestam nos sinais correspondentes. Assim, o sinal de ficção não designa nem mais a ficção, mas sim o “contrato” entre autor e leitor, cuja regulamentação o texto comprova não como discurso, mas sim como “discurso encenado”. (Iser, 2002, p. 970).

Paralelamente a isso, Lejeune (2013) nos apresenta o conceito de pacto autobiográfico, que consistiria na promessa que uma pessoa faz de falar a verdade sobre o que escreve e sobre ela mesma. Nesse sentido, o autor assume um compromisso de estar narrando uma representação fiel da própria vida, de forma que as figuras do autor, narrador e personagem sejam, no fim, a representação de uma mesma pessoa, e o leitor, por consequência, realiza a leitura considerando que o texto reflete a realidade vivida pelo autor. Sendo assim, se toda

narrativa ficcional passa por um processo de reconfiguração do real, como discutido anteriormente, a autobiografia ficcional pode ser vista, também, como um gênero que opera dentro dos limites da ficção e da realidade. Isso porque ela reafirma um compromisso com a verdade, mas, ao selecionar memórias e acontecimentos, de modo a construir um relato, não escapa completamente da lógica do ato de fingir. A partir de seus estudos, somos introduzidos, também, ao diário pessoal, que seria, nas definições do pesquisador, “[...] uma série de vestígios datados” (Lejeune, 2008, p. 259) e se distinguiria da autobiografia, em geral, por não apresentar uma “perspectiva retrospectiva da narrativa” (Lejeune, 2008, p. 14). O diário pode assumir várias funções, diferentes formas, pode ser mantido por qualquer tipo de pessoa. Dessa forma,

[d]igamos apenas que um diário serve sempre, no mínimo, para construir ou exercer a memória de seu autor (grupo ou indivíduo). Quanto ao conteúdo, depende de sua função: todos os aspectos da atividade humana podem dar margem a manter um diário. A forma, por fim, é livre. Asserção, narrativa, lirismo, tudo é possível, assim como todos os níveis de linguagem e de estilo. [...] Os únicos traços formais invariáveis resultam da definição aqui proposta: a fragmentação e a repetição. (Lejeune, 2008, p. 261).

Além disso, ele se configura como um espaço no qual o diarista é livre e está seguro para se comunicar, expressar desejos, confidenciar segredos e medos ou eternizar memórias. Do mesmo modo, o diário pode servir como uma ferramenta de reflexão acerca do próprio eu do diarista, sua vida, seus comportamentos e a identidade que deseja manter, abandonar ou assumir, pois nos fornece a oportunidade de “criar um objeto no qual nos reconhecemos.” (Lejeune, 2008, p. 277).

No que diz respeito à finalidade do diário, Lejeune (2008) desenvolve a ideia de que assumir como noção geral o conceito de diário como um meio pelo qual se acompanha a vida de um sujeito ao longo do tempo seria considerar apenas uma das ramificações desse gênero, ainda mais ao se pensar que muitas práticas vão e voltam conforme a vida acontece. A partir disso, o autor define as quatro principais funções de um diário — evidenciando a possibilidade de existência de muitas outras —, que seriam: i) expressão (desabafar e se comunicar); ii) reflexão (analisar-se e deliberar); iii) memória; e iv) o prazer de escrever. Para Lejeune, o desabafar não teria, nesse caso, o intuito de conservar, mas sim o intuito de “destruir”, transmitindo o fardo dos pensamentos e sentimentos para o papel a fim de separar-se daquilo que não se deseja mais, muitas vezes aniquilando uma versão indesejada de si mesmo que, no entanto, acontece só no futuro ao realizar a leitura daquilo que foi escrito. Se comunicar, por sua vez, teria uma função mais atrelada à companhia, escreve-se quando se

é/está sozinho, quando não existem outras pessoas que ouçam, “[...] esvaziamos o coração no papel porque estamos sós.” (Lejeune, 2008, p. 276). Aqui, o autor afirma que, muitas vezes, o fim do diário se dá justamente quando outras relações se estabelecem e seu lugar é ocupado. Quando associado à tarefa de refletir, “[...] o diário oferece um espaço e um tempo subtraídos às pressões da vida” (Lejeune, 2008, p. 276), ou seja, ele concede a tranquilidade necessária para que se processe aquilo que é vivido e observado; a tranquilidade para um momento de reflexão, o que pode, talvez, se tratar também de uma busca por respostas e/ou uma tomada de decisão, que é, justamente, o que Lejeune (2008) afirma que acontece nos casos em que um diário é conservado durante períodos de crise. No que diz respeito à memória ou, nas palavras de Lejeune, “[...] fixar o tempo, essa seria a principal função dentre as principais funções, sobretudo tendo em perspectiva o “diário ideal” (Lejeune, 2008, p. 277), aquele formato normalmente mais considerado pelo senso comum. Trata-se de criar um arquivo palpável daquilo que foi experienciado, “[...] acumular vestígios, conjurar o esquecimento, dar vida à consistência e a continuidade que lhe faltam.” (Lejeune, 2008, p. 277). Por fim, ao falar sobre o prazer em escrever, Lejeune escreve que esse fim se daria apenas pelo puro deleite de colocar em palavras e dar corpo ao que é vivido.

É possível dizer, ainda, que, enquanto registra e relembra, o diarista contempla certa autonomia ao manipular a própria vida. Ao falar do arquivamento ao qual recorreremos em relação aos vestígios escritos que organizam nossas vidas, Artières (1998) propõe a exploração de três aspectos que abordaremos durante essa pesquisa: “[...] a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica.” (Artières, 1998, p. 11). Considerando esses elementos, o autor afirma que “[a]rquivar a própria vida é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência.” (Artières, 1998, p. 11). Desse modo, o diário se constitui como uma forma de escrita pessoal que possibilita a autorreflexão. Ao escrever, o indivíduo reflete sobre suas experiências e emoções, alcançando uma compreensão mais profunda de si mesmo. Esse processo é essencial para a (re)construção da identidade, pois permite a revisitação e a reorganização das vivências e percepções ao longo do tempo. Além disso, o sujeito não só explora sua própria existência, mas também se depara com questões que vão para além dele, como a reflexão acerca das relações humanas. Assim, a prática diarística, dentro do contexto literário, exerce um papel humanizador ao promover o encontro entre o sujeito e sua identidade, ao mesmo tempo que conecta suas experiências individuais às questões universais da vida.

De acordo com Costa Lima, tanto a ideia de indivíduo quanto o conceito de individualidade são produtos de processos culturais, sociais e históricos, dos quais surge, eventualmente, a valorização das escritas pessoais. Essa valorização, segundo Artières, se inicia, também, a partir de uma espécie de comercialização dos escritos autobiográficos, no século XIX, e de um reconhecimento de valor dos manuscritos dos escritores da época. Há, além disso, a importância que, nesse tempo, foi dada a esses escritos pela medicina, e, ainda, o “valor mítico” concedido à escrita pela sociedade, colocando-a em todo lugar e configurando-a como uma ferramenta que permite a atuação em diferentes contextos sociais. Para existirmos no mundo, para provar essa existência e para garantir certos direitos, é necessário que tenhamos em mãos arquivos que garantam nossa inclusão social, sejam eles uma certidão de nascimento, um comprovante de residência ou um diploma. A injunção social mencionada pelo autor seria, nessa perspectiva, essa imposição que a sociedade faz sobre os indivíduos para que registrem, documentem e arquivem suas vidas. A necessidade de arquivamento não surge, portanto, apenas de uma vontade individual, mas também de uma pressão externa que induz os sujeitos a se colocarem no mundo de determinada maneira, seja para controle ou pertencimento social. Artières vai afirmar que

[o] indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso; devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano. (Artières, 1998, p. 7).

Artières (1998) discorre sobre o valor cultural que o arquivamento assumiu na sociedade e investiga as possibilidades da prática de arquivamento do eu. Para isso, ele analisa os diários e escritas pessoais de um detento acusado de assassinato no fim do século XIX. Por meio desses registros investigados, o autor sugere que alguns modos e motivações para colocar em prática o arquivamento seriam: um desejo de tomar distância em relação a si próprio; um desejo de testemunhar; de insurgir; e de mostrar a perfeita coerência da própria existência (Artières, 1998). A prática de arquivamento permite um certo distanciamento do próprio eu, uma vez que possibilita uma visão mais objetiva das próprias experiências e da própria trajetória. Ao registrar sua vida, o sujeito, quase um historiador de si mesmo, consegue se ver de maneira mais clara e de fora, porque consegue se retirar dos cenários que estão sendo representados. Tais registros também funcionam como uma forma de validar as experiências do sujeito, garantindo que sua história não se perca. Do mesmo modo, o arquivamento pode ser, também, um gesto de resistência contra as violências, a

marginalização e o apagamento, porque, documentando a própria vida, aquele que escreve afirma sua presença e identidade, se opondo ao esquecimento e ao conformismo imposto pelas estruturas sociais. Ainda que a vida seja fragmentada e caótica, arquivar pode ser uma forma de dar sentido e coerência à trajetória pessoal; o sujeito organiza seus registros de maneira a construir uma narrativa que pareça contínua e lógica, mesmo que essa coerência seja, em parte, uma construção subjetiva. Dessa forma, arquivar a própria vida seria uma tarefa inevitável, que serve a vários propósitos e que pode ser feita de diversas maneiras;

não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. [...] Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo. [...] não arquivamos nossas vidas de uma vez por todas. Incessantemente, até o último momento, nossos arquivos estão sendo refeitos. Nossas intenções mudam em função de fatores pessoais mas também externos. (Artières, 1998, p. 29).

Desse modo, a literatura e os gêneros autobiográficos, como a autobiografia e o diário, são essenciais para a construção da subjetividade e na interação entre o indivíduo e a sociedade. Conforme Candido (2004), a literatura é um fator indispensável de humanização, os gêneros autobiográficos revelam-se como formas particulares dessa experiência humanizadora, o que permite que o sujeito reflita sua identidade e história. Como exposto por Lejeune (2008), o ato de escrever sobre si mesmo envolve a construção de uma narrativa pessoal e a influência do contexto social e cultural. Sendo assim, a memória, identidade e ficção se entrelaçam, demonstrando que o relato de si não é uma mera reprodução do passado, mas sim uma reinterpretação contínua, sujeita às transformações da experiência e do olhar do narrador.

2.1 Azul e dura

O romance *Azul e dura*, de Beatriz Bracher, se configura como um diário fictício, no qual a escrita se apresenta como um exercício de reflexão sobre identidade e existência, pela qual Mariana, a protagonista, tenta lidar com um trauma e com a imagem de si construída ao longo de sua vida.

Dividido em três blocos (“Começo”, “Segunda semana” e “Fecho”) e com 47 capítulos, cada um com um título que representa o acontecimento detalhado a seguir, como as entradas de um diário realmente. O livro e a narração de Mariana têm início nos Alpes suíços, lugar para onde a personagem foi com o intuito de “fazer um balanço da vida” (Bracher, 2002,

p. 13). Se, para Artières, selecionar, manter ou se desfazer dos vestígios que compõem a vida faz parte do processo de compreensão e construção do eu, é, também, dessa forma que a protagonista dá início a retomada de controle pela própria organização subjetiva. Antes de sua viagem, Mariana conta que ao fazer as malas de sua mudança do Rio de Janeiro para São Paulo, cidade na qual cresceu, se desfez de livros, roupas e papéis, “desencaixotava o passado carioca” (Bracher, 2002, p. 11), tendo refeito as escolhas três vezes, de modo a deixar sempre menos. Entre desejar a distância de tudo o que a lembrava de um passado do qual gostaria de esquecer, elementos que a lembravam de “uma mulher da qual me envergonho porque tão distante da que me tornei” (Bracher, 2002, p. 12), e entre, ainda assim, se apegar ao já conhecido, “livros já lidos, roupas escuras, anotações pessoais que sei de cor” (Bracher, 2002, p. 13), Mariana se visualiza como “um ressuscitado que não pode mais viver, e vive” (Bracher, 2002, p. 13).

De acordo com Philippe Lejeune,

o diário se transforma em campo de batalha contra a morte. [...] Diante do extremo, o diário se transforma em instrumento de luta: poupamos aos outros o que escrevemos em segredo. [...] Enquanto escrevo, ainda estou vivo. E depois, naquele momento em que meu corpo está sendo destruído, reconstruo-me através da escrita, anotando essa destruição. Eu, que sofro, torno-me novamente ativo, dou a volta por cima. Esse domínio não é imaginário, mesmo se não me poupa da morte. (Lejeune, 2008, p. 279).

Do mesmo modo, Maria Aparecida da Silveira Brígido, ao tratar da chamada *Fenomenologia da Vida* — teoria desenvolvida pelo filósofo francês Michel Henry —, fala de afecções, o mesmo que anormalidades psíquicas. Com isso, a autora afirma que “[...] adoecer poderá ser a consequência de uma fragilidade ou de uma forma de se manifestar frente ao conflito e à dor.” (Brígido, 2014, p. 2). Ao abordar a relação entre costumes gerados por sofrimentos psíquicos — uma espécie de dor —, como, por exemplo, o transtorno relativo ao alcoolismo (do qual Mariana sofre), e suas manifestações físicas, Brígido menciona que “[...] falar sobre esta dor é a possibilidade de dizer-se e nomear-se. [...] A Fenomenologia da Vida entende que na dor está a revelação da vida e a forma como a vida se expressa. Decifrar é a percepção de sentir-se vivo.” (Brígido, 2014, p. 2).

Lejeune escreve, também, a respeito de dois “grandes movimentos de interiorização” (Lejeune, 2008, p. 312), que caracterizam o diário (especialmente o diário íntimo): um movimento levantado por Santo Antônio no século IV, que diz respeito a atribuir ao diário um caráter confessional, ao qual se confessa as coisas das quais não se tem orgulho; e outro do qual se tem mais vestígios a partir da segunda metade do século XVII, no qual o diário é

praticamente transformado em um amigo confiável, “[...] a quem se pode dizer tudo, que não julgará, compreenderá e se calará.” (Lejeune, 2008, p. 312). Ambas as formas aparentam a possibilidade de proporcionar uma libertação daquele que escreve, calcada na autocompreensão, conforme explicitado por Lejeune no seguinte trecho:

Como é engraçada a libertação pelo papel! Parece que a partir do momento em que escrevi, aquilo não é mais inteiramente eu e mesmo que esse papel continue desconhecido, meu sofrimento será partilhado com milhões de pessoas, ou comigo próprio mais tarde. E, depois, há a alegria de se sentir descrito, compreendido, ao menos por si mesmo. A alegria de ter triunfado sobre o sofrimento, uma vez que se conseguiu fazer alguma coisa além dele: uma página escrita”. (Lejeune, 2008, p. 312).

Para Mariana, “lembrar dói” (Bracher, 2002, p. 33), mas, mesmo sendo doloroso, o ato de escrever permite um enfrentamento e, desse modo, a escrita diarística não apenas documenta sua crise, mas também se coloca como um espaço de resistência e reinvenção. A escrita e a leitura, nesse contexto, estão sempre interligadas, uma vez que a prática diarística antecipa uma leitura, seja a do próprio diarista no futuro ou a de um possível leitor externo. Dessa forma, quando o autor escolhe o que, como e quais palavras registrar, além de qual tom usar, esse processo, por si só, já implica uma construção literária, dado que a experiência não é simplesmente transcrita, mas interpretada. Com isso, a escrita diarística revela, também, o poder da literatura como forma de dar voz ao sujeito e possibilitar uma ressignificação diante da desordem.

Aos 42 anos, enquanto realiza esse “balanço de vida”, a personagem revela sua necessidade de “[...] separar o torto do direito, procurar a verdade, preciso que a verdade exista, mesmo que seja a verdade do meu mundo e do meu modo.” (Bracher, 2002, p. 13). Se consideramos a escrita de Mariana como uma espécie de testemunho que ela faz da própria vida, podemos considerar também, que, assim como Seligmann escreve, a literatura de testemunho

não se trata mais de *imitação* da realidade, mas sim de uma espécie de “manifestação” do “real” [...], se compreendermos o “real” como trauma — como uma “perfuração” na nossa mente e como uma ferida que não se fecha — então fica mais fácil de compreender o porquê [...] não se trata apenas de “psicanalisar” a literatura, pois o testemunho, como vimos, é não apenas *superstes*, ou seja, a voz de um sobrevivente, mas também *testis*, enfrentamento, por assim dizer, “jurídico” com o real (sem aspas!) e reivindicação da verdade. (Seligmann, 2003, p. 383).

Mariana vai e volta em sua narrativa, transitando entre diferentes momentos do passado e presente, confusão gerada, talvez, pela própria instabilidade da memória ou até

mesmo como um reflexo dos pensamentos da protagonista, contudo, talvez justifique esse fato ao dizer que “[a] ordem cronológica não monta um sentido. Não foram os fatos que me trouxeram pra cá, e sim a maneira como fui encaixando-os dentro de mim.” (Bracher, 2002, p. 53). É possível dizer que a crise pela qual ela passa tem seu estopim com o acidente vivenciado por ela três anos antes do momento no qual escreve, quando acaba atropelando e matando uma menina. No processo judicial que se seguiu — mera formalidade, considerando que Mariana (já pertencente à burguesia paulistana) era casada com um advogado renomado, filho do ministro da justiça —, toda a manipulação necessária para inocentá-la foi colocada em prática. Com isso, Mariana começa a se questionar sobre sua própria vida, identidade e seu papel na sociedade na qual está inserida, percebendo que, independentemente de querer assumir ou não as consequências de seus atos, não lhe é permitida a liberdade de fazer as próprias escolhas. Dessa forma, a personagem passa por uma perda de si enquanto percebe que talvez já há muito tempo não soubesse quem era. Ela se vê protagonista de um crime pelo qual não é responsabilizada e entende que tal “privilégio” se dá em detrimento da ausência de uma conduta justa com relação ao funcionamento de um sistema que não deveria ser falho, e que, enquanto a “protege” (ou enquanto contribui para o seu silenciamento), não se digna a amparar aqueles que realmente precisam. Ao se dar conta da performance do círculo social a que pertence, no qual todos parecem enxergar a situação a partir de uma perspectiva como a de Jorge (seu marido), na qual “[...] não interessa saber o que é certo e errado, isso não existe. Tem que saber o que existe” (Bracher, 2002, p. 17), Mariana é alcançada pelo estranhamento de não se reconhecer na dinâmica da qual faz parte. No entanto, a percepção de não ser dona das próprias decisões, de que as coisas não funcionam como deveriam e que pessoas como ela, social e economicamente favorecidas, são, também, aquelas que contribuem para a prevalência desse *modus operandi* suscita, conseqüentemente, na identificação com a ausência de garantia dos próprios direitos.

Se considerarmos a bagagem que a língua materna carrega com relação a uma memória coletiva transmitida à criança ainda antes do domínio dessa linguagem, imbuída de toda uma história social que permanece recalcada no subconsciente, torna-se possível considerar, também, esse embate psíquico ocorrido entre consciente e inconsciente quando uma certeza quanto ao que era ou deveria ser familiar é contestada. Desse conflito surge então o estranhamento como um sintoma, origem do padecimento referente a não se reconhecer mais, processo vivenciado por Mariana no romance. Podemos dizer que tal sintoma, por sua vez, surge, justamente, por conta da vida em sociedade. De acordo com Miller *apud* De

Oliveira Moreira (2019), Sigmund Freud desenvolve a ideia de que “[...] a formação do inconsciente é um processo social” (Miller *apud* De Oliveira Moreira, 2019, p. 13), isso porque os conflitos psíquicos que estruturam a mente humana derivam das interações entre indivíduo e sociedade, já que o inconsciente não surge por si próprio dentro do sujeito, mas é moldado pelos valores, normas e repressões impostas pelo meio social. O que é chamado pelo psicanalista de “conflitos psíquicos” diz respeito às tensões internas resultantes do choque entre as diferentes forças (instâncias) que compõem a mente humana: o ego (consciente, pré-consciente e inconsciente), o superego (pré-consciente e inconsciente) e o id (inconsciente).

O id seria a representação dos impulsos instintivos e desejos primitivos, não considera regras ou consequências e funciona de maneira inconsciente. Já o superego diz respeito às normas sociais e valores internalizados, aprendidos social e culturalmente e atua como uma espécie de sensor que impõe culpa e repressão quando os desejos do id vão contra os valores morais. Já o ego seria aquele que medeia os conflitos entre o id e o superego, tentando equilibrar os desejos inconscientes com as exigências da realidade (Freud, 1976). É quando o ego não consegue executar essa mediação entre id e superego que os conflitos psíquicos surgem. Dessa forma, é possível dizer que a condição de estranhamento está diretamente ligada à formação social do inconsciente, porque aquilo que reprimimos coletivamente pode retornar de maneira perturbadora, afinal, como Mariana escreve, “[...] as coisas do mundo vão sendo entendidas por várias camadas do nosso pensamento, até que finalmente as entendemos de forma tão definitiva que nos parece que sempre soubemos delas”. (Bracher, 2002, p. 55). Seja em experiências individuais, literatura ou cultura, o estranhamento revela como os conflitos psíquicos são, na verdade, produtos da sociedade em que vivemos, pois “[...] mesmo aquilo que temos de mais singular, o modo de cada um padecer e adoecer, nem sempre pertence exclusivamente a nós”. (Kehl, 2019, p. 125).

No entanto, por mais que esse estranhamento de si não se deva exclusivamente ao acidente, a compreensão a respeito da perda de sua identidade e a tentativa de se reconstituir são trabalhadas ao passo em que todas essas percepções sociais a alcançam, conforme relembra e escreve o passado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No romance, Mariana, formada em cinema, revela que, na juventude e juntamente com os amigos, queria “fazer bons filmes que dissessem não apenas de nós, mas da cidade e do país. Eu entendia que havia uma cidade e que era possível o contato e a troca [...], eu queria ser parte da corrente sanguínea do mundo.” (Bracher, 2002, p. 19-20). Mariana, na verdade, do alto de seus privilégios, queria mudar e falar sobre um mundo que mal conhecia. Seu desejo juvenil revela uma aspiração grandiosa, mas que se mostra profundamente ingênua e desconectada da realidade. É a partir de um trabalho final para a faculdade, para o qual ela e seus amigos foram fazer gravações em uma favela, tendo sido, como descreve, “jovens legais, bem intencionados e bonitos.” (Bracher, 2002, p. 34), que a realidade se escancara um pouco mais, quando “os olhos do povo de lá nos transformaram em detalhes inesperados, ângulos que não conhecíamos. Eles nos revelaram e não nos reconhecemos. Miúdos e insossos.” (Bracher, 2002, p. 34). Isso porque o reconhecimento que esperavam, como os tais “jovens legais e bem intencionados”, a “comunhão” entre “os da favela e nós, da filmagem: deslumbramento com a beleza, alegria com o trabalho.” (Bracher, 2002, p. 29), não veio. Não foram legitimados e nem tão bem recebidos porque não faziam parte daquela realidade e, o que para eles parecia um gesto significativo — a tentativa de capturar e representar a vida e a tal “comunhão” — era, na verdade, um desempenho desprovido de real compreensão acerca da realidade ali experienciada diariamente. Enquanto buscavam uma conexão que validasse seu projeto e suas intenções, não se atentaram ao fato de que suas presenças não significavam muito mais do que um breve episódio, uma presença passageira que não alteraria a realidade, o que fica evidente no comportamento dos próprios moradores, como quando, ao reparar os machucados no corpo do garoto Uelinton, ele ficou “bravo, dizendo para deixá-lo em paz, que não queria mais saber de mim, que eu ia embora mesmo.” (Bracher, 2002, p. 66). Mariana sequer sabia que o jardineiro Francisco, da casa de seus pais, morava naquela favela, assim como se questiona sobre o que sabe, exatamente, sobre o pai de Nicole (a menina que atropelou): “o que sei do marido de Dona Carlota? Foram inventadas tantas coisas, eu mesma inventei.” (Bracher, 2002, p. 66). Ela, claramente, não se atentava para a vida das pessoas em posições sociais diferentes da sua, o que fica claro durante várias passagens do romance, mas escreve em retrospecto sobre “o desinteresse na favela, o nosso espanto e a cegueira.” (Bracher, 2002, p. 46). Sua autoimagem, a princípio pautada em um ideal de juventude consciente e transformadora, dissolve-se diante desses olhares que a expõem como “miúda e insossa” e a ilusão de engajamento se choca com a materialidade de um mundo que ela nunca realmente compreendeu.

Durante o primeiro depoimento que deveria prestar na delegacia, Mariana, ao assumir a persona de quem o delegado imagina que ela seja, incorpora todos os estereótipos das

madames de novela, as falas ancestrais, minha avó vociferando contra a maldita princesa Isabel que acabou com o chicote, chamando empregada de la domestique; [...] das minhas tias constatando cientificamente a superioridade de São Paulo em relação ao Nordeste graças à imigração europeia; Milu mandando Joel comer tudo senão ia ficar feio como os moleques de rua. [...] Atriz do papel para o qual me prepararam a vida inteira. (Bracher, 2002, p. 78).

Conforme relembra e escreve, ao olhar para o passado, Mariana evidencia uma consciência de si mesma e de seus comportamentos e traços antigos, reconhece na Mariana do passado a sua “individualidade presunçosa.” (Bracher, 2002, p. 107). Se assume, em certo momento de sua narrativa, o fato de que “tinha necessidade de humildade verdadeira [...], não era melhor que o delegado Vicente, não era mais justa que Luiz, mais correta que Jorge, [...] mais sábia que Nicole” (Bracher, 2002, p. 105), ao mesmo tempo em que reconhece que “não conseguia acreditar que não era. Eu precisava e não achava verdade na humildade” (Bracher, 2002, p. 105), também, em outro momento, assume que não se diferencia de Nicole ou de seu pai, alguém ruim, de acordo com Milu (sua cunhada). Mariana explicita que ambos, Nicole e seu pai, eram de carne e osso, que “as pessoas de carne e osso podem ser ruins” (Bracher, 2002, p. 66) e que Milu “não consegue admitir que sou de carne e sangue também, que posso ser ruim.” (Bracher, 2002, p. 66).

As pessoas ao redor de Mariana agem como se a vida e a morte de uma menina pobre não significassem nada, principalmente em relação à vida da protagonista. Isso fica explícito em falas como a de Jorge, ao sugerir que Mariana se acalme e pare de chorar, “porque no final a menina já tinha morrido, ele estava exausto e precisava trabalhar no dia seguinte, Luiz resolveria tudo.” (Bracher, 2002, p. 65). Em certo momento, ao escrever sobre a memória dos peixes de aquário que tinha em casa quando o filho era pequeno, e sobre como, aos poucos, eles iam morrendo, Mariana escreve que “peixes são sempre iguais e colocávamos novos peixes para substituir os mortos, era difícil perceber se havia um revezamento nas mortes ou se algum dos antigos sobreviviam.” (Bracher, 2002, p. 55). Talvez seja possível dizer que esse cenário dos peixes de aquário se coloca na narrativa praticamente como uma metáfora para a forma como algumas vidas são tratadas como descartáveis por aqueles que detém privilégios e poder. A indiferença com que as mortes dos peixes eram encaradas — sendo rapidamente substituídos por outros ao ponto em que se perdia até mesmo a noção de continuidade entre os que morriam e os que permaneciam — ressoa com a forma como Jorge, por exemplo, trata a

tragédia de Nicole como um incômodo passageiro. A menina, assim como os peixes no aquário, é apenas um detalhe dentro da ordem social estabelecida.

Contudo, ao longo desse processo de rememoração e escrita, Mariana parece reconhecer os elementos e problemáticas resultantes da brutalidade dessa indiferença. Ela não consegue simplesmente esquecer o acidente e, a partir dele, se desperta para toda uma vida permeada pelas incidências e consequências desse modo de organização social, no qual as estruturas que definem quais vidas são consideradas descartáveis são as mesmas que naturalizam a opressão das mulheres, silenciam suas angústias, produzem e reforçam outras formas de violência. Mariana relata diversas experiências nas quais foi atravessada por esse sistema que também impõe expectativas e restrições relativas ao comportamento feminino. Nesse contexto, a escrita diarística se coloca não apenas como forma de elaborar uma crise de identidade, mas também como um ato de resistência a essa estrutura opressora. Ao escrever, a personagem recupera sua voz, revisita os eventos sob sua perspectiva e confronta uma ordem social que, até então, a colocava em uma posição de impotência, com relação a si mesma e com relação ao mundo.

Se, em certo momento, a protagonista comenta a opinião de Jorge sobre a percepção da literatura e de outras manifestações artísticas “como algo que corroía a ira necessária para a vitória” (Bracher, 2002, p. 25), também afirma que ela, por sua vez, passou a depender ainda mais do fictício para continuar com ele. No que diz respeito à dinâmica dos dois e o processo de mudança ocorrido ao longo do tempo, Mariana escreve que “não percebia a mudança, não como descrevo agora.” (Bracher, 2002, p. 25). Com relação às turbulências do acidente e de tudo o que se seguiu, ela menciona ainda que se sentiu “parte do mundo ao qual Jorge parecia imune, vindo me salvar, mas, por um instante, fiquei com medo de que não quisesse ser salva. [...] vem uma vergonha triste quando me lembro. De quê? Acho que vergonha de ter-me sentido protegida pelo abraço de Jorge.” (Bracher, 2002, p. 26 - 27). Com isso, fica possível concluir que a escrita diarística, talvez não isoladamente, mas, ainda assim, se configura como uma ferramenta que se alinha à perspectiva da humanização pela literatura na medida em que permite à protagonista um contínuo processo de autoconstrução e autorreflexão. Ressignificando suas experiências, se enxergando em sua complexidade, contradições e ambiguidades, Mariana também se humaniza, porque se coloca como sujeito ativo no enfrentamento de suas dores e na compreensão do mundo. Ao registrar e desenvolver essa tomada de consciência e a consequente percepção de que a indiferença ao redor do acidente não foi um caso isolado, mas parte da banalização de certas vidas em um sistema que mantém

os privilégios de outras camadas sociais, ela passa a se visualizar de forma mais crítica e consciente.

Mariana reflete e compreende seu passado, chega quase a fazer as pazes com alguns episódios da própria vida: “já me lembrei com amargura desses verões, como se tudo tivesse sido uma encenação. Mas já não penso mais assim, me esforço para não lembrar assim.” (Bracher, 2002, p. 54). Dessa forma, o diário se torna, então, um espaço de negociação entre quem ela foi e quem ela é já através da própria expressão da escrita, uma vez que “pôr no papel já é se separar, se purificar, se lavar.” (Lejeune, 2008, p. 276). Mariana demonstra um movimento consciente de reelaboração, um esforço para não se aprisionar a uma visão imutável de sua história. Após tempos de reflexão, releitura e escrita, quando sai para caminhar em um dia de manhã, começa a perceber vontades e necessidades que por muito tempo não teve. No que parece quase a possibilidade de chegada de novos tempos, a personagem relata:

Pedi uma cesta de pães. Há quanto tempo não como nada sólido? Não tinha fome, pareço estar permanentemente estufada. Mas hoje o cheiro dos pães foi bom, [...] estava absorta [...] na sensação de [...] fome que há tanto não tinha. [...] Pedi o pão em alemão e encontrei algo dentro de mim [...], lá dentro alguma coisa foi desarmada, respirei fundo. (Bracher, 2002, p. 155).

Esse esforço, mencionado acima, por parte da protagonista, é possível porque o diário lhe possibilita um diálogo constante consigo mesma, permitindo que ela nomeie suas dores, confronte suas falhas e arrependimentos e, eventualmente, se reconcilie com o próprio eu. Retomando o que Lejeune diz, uma das possíveis finalidades de um diário, com relação a desabafar e destruir aquilo que não se deseja mais, fica evidente ao final da narrativa, quando Mariana se desfaz de todos os seus registros e escreve que: “[...] apenas agora, com diários, pastas, fichas, textos e livros queimados poderia começar a escrever minha história. Livre da escrita. Agora que acabou posso começar, respiro, tenho oxigênio.” (Bracher, 2002, p. 161). Assim, enfim, a personagem estaria liberada “do peso do passado pela destruição, depois que o eu do presente foi aliviado pela escrita.” (Lejeune, 2008, p. 276). O diário representa um papel crucial nesse percurso, também, porque se coloca como o espaço que permite o esboço e o resgate das memórias da personagem durante a prática diarística, de maneira que ela alcance a chance de reconstruir e recuperar sua identidade. Isso porque a

memória e identidade se entrecruzam indissociáveis, se reforçam mutuamente desde o momento de sua emergência até sua inevitável dissolução. Não há busca identitária

sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente. (Candau, 2011, p. 19).

Além disso, assumindo, conjuntamente, com Antonio Candido, a humanização como

o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (Candido, 2004, p. 180),

Assim, torna-se possível afirmar que Mariana se humaniza ao longo do tempo e da prática da escrita diarística, porque desenvolve, justamente, os traços que Antonio Candido aponta como fundamentais no processo de humanização. Ela desenvolve um olhar mais sensível para sua trajetória e para a sociedade em geral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a prática diarística contribui significativamente para o desenvolvimento pessoal e emocional — na medida em que funciona como um espaço humanizador — e para o entendimento da literatura como um processo ativo e transformador na vida dos sujeitos.

Se a condição de estranhamento traz consigo o sentimento de não se sentir compreendido e se, de acordo com Lejeune (2008), essa compreensão é ofertada pela prática da escrita — “a libertação pelo papel” —, então o diário se constitui como um espaço que proporciona a descoberta e reflexão sobre as próprias perturbações interiores do sujeito, uma ferramenta pela qual torna-se possível a compreensão das coisas (e de si). É, em outras palavras, o “território” ideal para recompor as certezas abaladas ou desfeitas pelos traumas. Em meio a um luto por tudo o que se tinha como certo e, conseqüentemente, a uma crise identitária, o ato de escrever em um diário (suposto amigo e confidente) poderia proporcionar uma superação indicadora de processamento do que foi vivido e uma ressignificação da própria identidade e vida, já que “[...] o ato de tornar públicas as experiências e as lutas que a história esqueceu e/ou recalçou é fundamental na elaboração dos traumas sociais.” (Khel, 2019, p. 128). Nesse processo o diário se torna fundamental, pois oferece ao sujeito a possibilidade de: rever a própria história, sua identidade, os acontecimentos que o levaram até ali e um conseqüente reencontro consigo mesmo; refletir, através dos registros, sobre como é interpretado e visto por outros, além de a relação disso com a forma como se autorretrata e,

por consequência, a oportunidade de se reinventar a partir dos acontecimentos do passado, considerando quem se quer — ou se deve — ser.

A escrita diarística assume um papel fundamental no processo de humanização pela literatura, porque, mais do que um simples repositório de memórias, o diário se torna um espaço que permite o exercício de autodescoberta e também amplia a percepção de complexidade do mundo. Desse modo, a literatura se coloca como um meio para a transformação individual, mas também social, de forma a possibilitar a conexão entre o eu e o coletivo.

REFERÊNCIAS

ANDRUETTO, María Teresa. **A leitura, outra revolução**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. Arquivos Pessoais. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061>. Acesso em: set. 2024.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRACHER, Beatriz. **Azul e dura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASILEIRO, Ada Magaly Matias. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2016.

BRÍGIDO, Maria Aparecida da Silveira. A passibilidade do corpo decorrente do sofrimento psíquico. In: ANTÚNEZ, Andrés Eduardo Aguirre; MARTINS, Florinda; FERREIRA, Maristela Vendramel. **Fenomenologia da vida de Michel Henry: interlocução entre filosofia e psicologia**. São Paulo: Escuta, p. 299-306, 2014.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 2. ed. São Paulo, Contexto, 2011.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In.: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004 p. 169-191.

DE OLIVEIRA MOREIRA, Jacqueline. O inconsciente e a política: entre a estranheiridade e a extimidade. **Analytica: Revista de Psicanálise**, São João del-Rei, v. 8, n. 14, p. 1-18, 2019.

ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar; DE OLIVEIRA, Simone Garcia. Onde Literatura e Memória se encontram. **Caletrosópio**, Mariana, v. 12, n. 1, p. 192-216, 2024.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago; 1976.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: Lima, Luiz Costa (Org). **Teoria da literatura em suas fontes**, v. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 955-985, 2002.

KEHL, Maria Rita. **Tortura e sintoma social**. Boitempo Editorial, 2019.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico: de Rosseau à internet**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEJEUNE, Philippe. Da autobiografia ao diário, da Universidade à associação: itinerários de uma pesquisa. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 48, n. 4, p. 537-544, 2013.

LIMA, Luiz Costa. Júbilos e misérias do pequeno eu. In.: LIMA, Luiz Costa. **Sociedade e discurso ficcional**. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 243-309, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROJO, R. H. R.; BARBOSA, J. P. **Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos**. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o "real". In: SELIGMANN_SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.